

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA

LEI 8.245/91 — TEMPO INDETERMINADO - IMOBILIÁRIA - COMPRA E VENDA - IMÓVEL
LOCADO - DENÚNCIA - LOCAÇÃO RESIDENCIAL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº com sede nesta na Rua nº...., por intermédio de seus procuradores judiciais infra-assinados (conforme procuração em anexo), inscritos na OAB/ sob os nºs e, com escritório profissional sito nesta, na Rua nº...., onde recebem intimações e notificações, vem muito respeitosamente perante V. Exa. propor AÇÃO DE DESPEJO POR NOVO ADQUIRENTE com fundamento nos artigos 576 do Código Civil Brasileiro, o artigo 8º e parágrafos da Lei 8.245 de 18 de outubro de 1991, dentre outras disposições legais aplicáveis à espécie, em face de, (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG sob o nº, inscrito no CPF/MF sob o nº, o que faz pelos seguintes motivos de fato e de direito adiante expostos: A ora Requerente, em data de, adquiriu de, o imóvel constituído pelo Lote de terreno nº, da quadra da planta nº, situado, na Rua nº, tudo de conformidade com a Matrícula nº, do Registro de Imóveis da^a Circunscrição desta, doc., em anexo. Ocorre, no entanto, que o mencionado imóvel se encontra locado ao ora Requerido, sem prazo determinado. Não tendo interesse no prosseguimento da locação, na qualidade de adquirente, o requerente denunciou a locação, na forma do disposto no artigo 8º da Lei 8.245 de 18 de outubro de 1991, através de notificação judicial, em anexo, através da qual foi concedido ao requerido o prazo de (....) dias, para desocupar o imóvel. Decorreu o prazo sem que o locatário desocupasse o imóvel, nem manifestasse intenção de fazê-lo em breve. Esgotados todos os meios amigáveis e suasórios, para a desocupação do imóvel locado vê-se a requerente compelida a ingressar com a presente medida judicial. ISTO POSTO requer a V. Exa., que se digne mandar citar o requerido, no endereço mencionado, para: a) manifestar sua concordância no prazo de contestação, em entregar o imóvel no prazo de (....) meses, oportunidade concedida pela requerente, através da interpretação analógica do contido no artigo 61, da Lei 8.245 de 18.10.91, ficando o requerido isento do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, ou b) contestar a presente ação, se quiser, no prazo legal, sob pena de revelia; E, afinal seja: 1) Homologado por sentença o acordo, na forma do artigo 61, da Lei 8.245 de 18.10.91; ou 2) se não houver a manifestação do requerido, julgada procedente a presente ação, declarando a rescisão do contrato de locação e conseqüente despejo do réu e condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da ação. Requer também que a citação e demais atos processuais sejam realizados, se necessário, com a faculdade contida no parágrafo 2º do artigo 172, do Código de Processo Civil. Indica-se como meio de produção de provas o depoimento pessoal do requerido, sob pena de confesso, ouvida de testemunhas e juntada de documentos novos. Estima-se à causa o valor de R\$ N. Termos, P. Deferimento., de de Advogado